

Saberes tradicionais e Paradigma biocientífico: alianças e fricções

Caetano Sordi (UFSC)

Doutor em Antropologia Social

E-mail: caetanosordi@gmail.com

Luciano Félix Florit (FURB)

Doutor em Sociologia

E-mail: lucianoflorit@gmail.com

A relação entre conhecimentos tradicionais e científicos possui uma longa história de debates na antropologia, pode ser considerada uma de suas questões estruturadoras mais profundas (Evans-Pritchard, 2005; Lévi-Strauss, 1989; Carneiro da Cunha, 2017). Em tempos recentes, e paralelamente às diversas “viradas” teórico-metodológicas que têm reposicionado a questão enquanto problema teórico-conceitual (Ingold; Kurtilla, 2018), a institucionalização do reconhecimento cultural e do diálogo de saberes tem se expandido como dimensão da cidadania e fomentado iniciativas nos campos do patrimônio, da educação, da saúde, do direito e da gestão ambiental.

Ainda restam, todavia, muitas dúvidas quanto à eficácia das políticas públicas em coibir o que alguns autores têm chamado de “injustiça epistêmica” (Demétrio e Bensusan, 2019) para com as modalidades não-hegemônicas de conhecimento. Isto é, apesar dos notáveis avanços neste campo, ainda se observa a persistência de formas sistemáticas de desvalorização e desqualificação dos conhecimentos de grupos sociais minoritários e historicamente subalternizados. De modo geral, o que se observa é a persistente dificuldade do Estado e seus agentes adjacentes em reconhecer validade a práticas cujas bases não se assentam nas premissas ontológicas e cosmológicas do Estado Moderno, mesmo nos contextos em que estes grupos as sustentam histórica e ancestralmente.

No caso dos reconhecimentos patrimoniais e jurídicos, questiona-se até que ponto a gramática da cultura, quando aplicada a saberes e práticas tradicionais, tem logrado garantir os direitos epistêmicos de seus detentores, sobretudo quando há intersecções entre o exercício destes saberes e alguns campos da vida social em que o paradigma naturalista ocidental se manifesta de forma mais evidente, como a saúde pública, a vigilância sanitária e a gestão ambiental. Por outro lado, alianças e diálogos bem-sucedidos entre conhecimentos tradicionais e biocientíficos, conduzidos a partir ou à revelia das políticas oficiais, têm produzido inúmeros benefícios de mão dupla, assim como têm alargado o horizonte de possibilidades e respostas aos desafios socioambientais e civilizacionais em curso.

Neste dossiê, encontram-se reunidas contribuições que tematizam zonas de contato e fricção entre paradigma biocientífico, conhecimentos e modos de vida tradicionais em diferentes contextos e sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Por fricção não entendemos necessariamente a vigência de conflitos e formas mais ou menos institucionalizadas de violência epistêmica, mas, também, sobreposições criativas que fazem

emergir resistências e colaborações inusuais entre diferentes maneiras de habitar o mundo (Tsing, 2019).

Inicialmente, três artigos exploram fricções nos campos da gestão ambiental e do controle sanitário. Abrindo a discussão, o artigo de Leonardo Dupin, intitulado “‘Se você é queijeiro, tem que pegar todo tipo de queijo’: tradicionalidades e tecnicidades na comercialização de queijos artesanais na Canastra, Minas Gerais”, tematiza como esta forma tradicional de produção de alimentos vem sendo progressivamente ilegalizada por instrumentos e mecanismos microbiopolíticos associados ao Estado Moderno, apesar dos inúmeros reconhecimentos patrimoniais e gastronômicos que tem obtido nas últimas décadas. O foco do artigo recai sobre os chamados “queijeiros”, os intermediários que recolhem os queijos na zona rural mineira e se encarregam de distribuí-los nos centros urbanos. A partir da etnografia, Dupin mostra como estes sujeitos têm operado papel importante para evitar a precarização das condições de vida nestes municípios, ainda que muitas vezes à margem do cipoal de normas e certificações oficiais.

Na sequência, no artigo “Conflitos entre conhecimentos no ordenamento pesqueiro da pesca do aviãozinho”, Ana Rainho discute as dinâmicas de aproximação e conflito entre comunidades costeiras e profissionais das biociências a partir de um estudo de caso envolvendo a elaboração de uma minuta de legislação voltada para a regulação da pesca do camarão no Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina. Entre os diversos aspectos tratados pela autora, destacam-se os impasses engendrados pela questão no interior no Estado e as disputas inerentes à formulação de políticas públicas voltadas para o meio ambiente.

Ainda em Santa Catarina e desde uma perspectiva informada pela antropologia e o direito, Ana Cristina Guimarães explora, em “O direito a ter direitos numa unidade de conservação: uso e ocupação do solo na comunidade tradicional do Sertão do Ribeirão, Florianópolis/SC”, as maneiras pelas quais as reivindicações de tradicionalidade e reconhecimento cultural emergem em territórios pressionados pelo crescimento urbano desordenado, por um lado, e regramentos ambientais impostos verticalmente, de outro. A partir da noção de “população vivente”, a autora desenvolve uma contraposição etnográfica e antropologicamente inspirada na categoria legal de “população residente”, haja vista seus efeitos limitadores sobre as realidades socioambientais que visa contemplar.

Em seguida, três artigos tematizam práticas de cuidado e cura entre comunidades tradicionais, suas fricções e convergências com o paradigma biomédico ocidental. Em “O corpo

ecológico a partir do Quilombo da Serra do Evaristo”, Cauê Fraga Machado demonstra a imbricação mútua entre a corporeidade dos habitantes de uma comunidade quilombola no Ceará e os elementos da sua paisagem, pensando a emergência simultânea de territórios e corpos pessoas. Trata-se de uma perspectiva inspirada tanto pela antropologia ecológica quanto pela filosofia nagô e suas formas distintas de compreender as dualidades estruturantes do pensamento ocidental (corpo x mente, natureza x cultura etc.).

Já em “Práticas de cura e vivências de jovens quilombolas: uma análise sob a perspectiva da antropologia da saúde”, Silva e colegas analisam, através de oficinas realizadas com jovens quilombolas de uma mesma comunidade, suas formas de lidar com questões de saúde, bem-estar e espiritualidade em seu cotidiano, assim como o lugar das práticas tradicionais de cura e cuidado nessas estratégias. Por fim, em “Valores culturales y prácticas de salud: saberes tradicionales mapuche en el Noroeste de Buenos Aires (Argentina)”, Melina Yuln et al. discutem as relações entre saúde e territorialidade a partir da revalorização dos conhecimentos tradicionais mapuche e os valores culturais que os guiam em um contexto histórico de despojos e violências históricas.

A partir desses aportes, esperamos fomentar o diálogo sobre todos estes temas e desejamos às leitoras e aos leitores do dossiê inspiradoras indagações e reflexões.

Referências

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico”. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu, 2017, p. 293-303.

DEMÉTRIO, Fran, & BENSUSAN, Hilan N. “O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos”. **Revista Do CEAM**, v. 5, n. 1, p. 110-124.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

INGOLD, Tim; KURTILLA, Terhi. “Percebendo o ambiente na Lapônia finlandesa”. **Campos**, v. 19, n. 1, 2019, p. 169-182.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Papyrus, 1989.